



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2725/15	DATA: 15/12/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 16h05min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Representante da Agropecuária Santa Bárbara. BRENDA GUIMARÃES SANTIS - Representante da Agropecuária Santa Bárbara. ALEXANDRE SILVA - Delegado Titular da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, Estado do Pará.

SUMÁRIO
Esclarecimentos sobre invasão da Fazenda Cedro, no Município de Marabá, Estado do Pará. Oitiva de convidados e tomada de depoimento sobre maus-tratos e morte de animais.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta 33ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 31ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2015.

Indago se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Capitão Augusto.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

- Da Prefeitura Municipal de Alfenas, que encaminha o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre a Prefeitura e a Associação São Francisco de Assis – Amparo e Proteção aos Animais de Alfenas;

- Do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, que encaminha laudo técnico-pericial sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte;

- Do Mercado Central, que, em resposta ao Ofício nº 219/15, desta Presidência, requer seja concedido um prazo mínimo de 60 dias para o fornecimento das informações solicitadas por esta CPI;

- Do Deputado Aureo, que justifica sua ausência na reunião do dia 8 de dezembro; e

- Da Diretoria-Geral da Câmara — Processo nº 147.333/15 —, que solicita cópia da ata da reunião que decidiu pela requisição do servidor Flávio Araújo Gomes.



Como a requisição não foi alvo de deliberação pelo colegiado e, sim, uma decisão da Presidência, solicito ao Plenário que ratifique a requisição do servidor, possibilitando a sua vinda para compor a equipe da Secretaria da Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na sessão em que fiz a entrega do relatório, já havia combinado com os demais membros que nele seriam inseridos também dados das últimas audiências que ocorreram, dada a minha ausência por conta do evento sobre mudanças climáticas, ao qual fui acompanhando a delegação brasileira, junto com Senadores e outros Deputados Federais.

Mas eu gostaria de fazer aqui um aditamento, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir. Eu fiz um agradecimento a todos os funcionários que nos ajudaram, que colaboraram, mas cometi um erro gravíssimo, esquecendo-me da Vanessa e da Yara, que colaboram muito para que houvesse êxito, cobrando, inclusive por meio da Internet, a presença dos Parlamentares aqui. Elas também anteciparam essa agenda durante a semana, para que nós soubéssemos exatamente como deveríamos nos preparar para recepcionar aqui os participantes das oitivas que foram feitas pelos Deputados.

Portanto, recebam meus cumprimentos as nossas assessoras Vanessa e Yara pela gentileza do trabalho. Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em duas partes, sendo a primeira a audiência pública com o objetivo de esclarecer a invasão da Fazenda Cedro, no Município de Marabá, onde diversas vacas matrizes, que inclusive estavam prenhas, além de sofrerem maus-tratos, foram mortas pelos invasores.

Nesta oportunidade, contaremos com os seguintes convidados: o Ilmo. Sr. Alexandre Silva, Delegado Titular da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá; a Sra. Brenda Guimarães Santis, representante da Agropecuária Santa Bárbara; e o Sr. Carlos Vinícius Nascimento, também representante da Agropecuária Santa Bárbara.



Esclareço que no requerimento aprovado está contida a convocação do Sr. Oscar Boller, administrador da Agropecuária Santa Bárbara, que, segundo informação obtida pela Secretaria da Comissão, há mais de 6 anos deixou a empresa.

Assim, a Agropecuária Santa Bárbara indicou a Sra. Brenda e o Sr. Carlos Vinícius para esclarecer os fatos a esta CPI, na qualidade de convidados desta Presidência, sem representar ou substituir o então convocado, o Sr. Oscar Boller.

Informamos, ainda, que foram empreendidos todos os esforços para localizar os Srs. João Pedro Stedile, Presidente do Movimento Sem Terra, e Charles Trocate, Coordenador do Movimento Sem Terra em Marabá, para participar da presente audiência. Contudo, não houve êxito nas tentativas.

Na segunda parte desta audiência, iniciaremos a discussão do relatório final.

Deputado Fernando Francischini, autor do requerimento, para dar-lhe uma satisfação, a Secretaria não conseguiu localizar João Pedro Stedile e nem o Sr. Charles Trocate.

Nós estamos numa fase final da CPI. Então, queria ouvir do requerente se iniciamos uma coercitiva ou não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, os fatos são gravíssimos. Nós estamos hoje com os representantes da fazenda. Inclusive, um dos funcionários fez as fotos e a filmagem. O Delegado Titular da Delegacia de Conflitos Agrários, respeitando esta CPI, está presente, para trazer a investigação que está em andamento e outras que existem na área sobre os mesmos fatos.

É um desrespeito para com esta CPI a ausência do coordenador local, que emitiu nota, ou seja, tem conhecimento desta CPI e podia ter vindo trazer a sua versão.

Eu e os Deputados Capitão Augusto, Ricardo Tripoli e Ricardo Izar não vamos engolir ninguém vivo, nem sair com ninguém preso da CPI, em que vamos debater a questão dos maus-tratos e dos crimes cometidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Embora tenha gente que mereça.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Com certeza. Mas deixar de vir é uma falta de respeito com esta CPI.



Eu conversei com o Deputado Capitão Augusto e submeto à apreciação de V.Exa. — porque sei que é competência direta de V.Exa. — o pedido de condução coercitiva do Sr. João Pedro Stedile e do Coordenador do MST de Marabá, a esta CPI, na quinta-feira, antes do seu término. Ouviremos hoje as pessoas que aqui estão, mas peço a V.Exa. que determine à Polícia Federal que faça a condução coercitiva de ambos, para serem ouvidos aqui, na quinta-feira. Ao final, se comprovada a gravidade dos fatos apresentados nos depoimentos pelo material novo que será apresentado, eu gostaria novamente de ter a palavra, para reforçar o pedido, ou, se não houver gravidade nos fatos, reavaliá-lo.

Mas, a princípio, considero um desrespeito a ausência de ambos. Eles poderiam ter vindo trazer a sua versão. Quem vê as fotos e assiste aos vídeos vê imagens de animais executados, de bezerros e fetos espalhados pelo chão com tiros de espingarda calibre 12; vê imagens de animais no meio das florestas da região com tiros de espingarda calibre 12, agonizando pelo chão. E a gente sabe que, na maioria dos casos, não se levou nada dos animais. Eles poderiam vir justificar que estavam matando para alimentar pessoas que estavam em estado de necessidade, com fome. Mas não: muitos animais estão mortos, e não se levou nada. De alguns só levaram as partes nobres.

De acordo com a mídia da região — esta é uma das perguntas que eu vou fazer —, nos dias seguintes ao ocorrido, a Polícia Civil fez grandes operações, junto com a Vigilância Sanitária, fechou inúmeros açougues clandestinos que vendiam essa carne. A carne foi vendida, no assentamento, para açougues clandestinos, Sr. Presidente.

Então, vamos esperar o final, mas a princípio eu submeto à deliberação de V.Exa. o pedido de condução coercitiva, porque o assunto é grave. E uma CPI que apura maus-tratos de animais, que recebe uma denúncia gravíssima dessas, ser encerrada com relatório muito bem feito — tenho acompanhado o trabalho do Deputado Ricardo Tripoli no tocante à legislação —, mas deixar uma acusação de maus-tratos impune, seria muito grave, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Presidência determina a condução coercitiva — nós já podemos executar isso, Paulão.



No que se refere ao caso de hoje, o Deputado Ricardo Tripoli tem seu relatório pronto, mas eu pergunto a S.Exa. se, dependendo de hoje, há tempo para fazermos um acordo e incluir esse fato e o pedido de indiciamento, se for o caso, nesse relatório?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, a nossa CPI tem prazo até amanhã. Obviamente, nós temos o áudio — toda a audiência está sendo gravada —, e podemos oralmente incluir no relatório e aprová-lo. Posteriormente, ele será transcrito pela Taquigrafia, e depois eu posso subscrevê-lo, em havendo o acordo de todos os membros da Comissão e de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos dar início à audiência pública.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Brenda Guimarães Santis, o Sr. Delegado Alexandre Silva e o Sr. Carlos Vinícius da Silva Nascimento. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, uma questão de ordem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Gostaria que V.Exa. autorizasse que primeiro falassem os representantes e funcionários da fazenda onde foram obtidas as fotos e as filmagens, para termos a visão deles sobre os fatos, para termos os relatos das pessoas que estão lá no calor dos fatos, e, por último, o Delegado ser ouvido. Gostaria que V.Exa. autorizasse essa sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Fernando Francischini não pede, ele manda aqui.

Quem quer começar falando, o Sr. Carlos ou a Sra. Brenda? *(Pausa.)*

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa:

O tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra por até 20 minutos ao Sr. Carlos Vinícius da Silva Nascimento.



O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Boa tarde. Eu sou funcionário da Fazenda Santa Bárbara, do Conjunto Cedro. Sou médico veterinário por formação. Formei-me no Pará, em Belém, pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Então, sou filho do Pará. Como veterinário, eu espero nunca mais passar por uma situação como essa por que passei nos últimos meses.

Eu tenho 2 anos na Fazenda Santa Bárbara. Comecei como veterinário, depois Coordenador de Pecuária e hoje eu sou coordenador responsável pela gestão da fazenda. Nesses últimos 2 anos, a gente vem sofrendo esses ataques criminosos.

Essas fotos que saíram na mídia social e que foram divulgadas amplamente fui eu que tirei. Os funcionários que estavam rodando na fazenda encontraram essas cenas horríveis. Infelizmente, a gente está refém desse grupo criminoso.

A Fazenda Cedro é uma fazenda receptora de embriões. Então, grande parte dos animais ou estão em processo de reprodução ou estão prenhes de embrião. Nós somos responsáveis pelos maiores projetos do gado Girolando no País — para quem não conhece, o gado Girolando é uma raça voltada para a produção leiteira. Então, a gente está levando essa genética para desenvolver tanto o Estado, quanto o País. E mesmo assim, a gente vem sofrendo esses ataques.

Como eu falei no início, é muito triste, como veterinário e como ser humano, ver essas cenas horríveis. A gente se diz seres evoluídos, seres inteligentes, mas é vergonhoso para nós, seres humanos, assistir a cenas tão desagradáveis como aquelas, fetos espalhados.

Além da crueldade contra os animais, utilizando arma de fogo de 12, 44 — vocês podem ver nos inquéritos todos os BOs que acontecem...

De janeiro a dezembro, são 724 animais mortos dessa forma. Então, é um número bem considerável. Não são dois, não são três; são 724 animais. Praticamente, eu tenho que, diariamente, deixar minhas funções de gestão e essa parte reprodutiva para ir à delegacia, por esses fatos.

Então, as famílias... Na verdade, eles matam como esses animais? A tiros e a facões. Eles cortam os tendões dos animais. Esses animais ficam... Os que não morrem ficam num estado em que a gente precisa fazer o sacrifício, para que esses animais não venham a sofrer mais.



É degradante para nós, ditos seres superiores, compartilharmos e aceitarmos essa situação.

Quando me fizeram o convite para vir a esta Comissão, no primeiro momento, fiquei com medo, porque é um grupo que não tem piedade, usa de formas cruéis com os animais. Eu acredito, como médico veterinário, que, alguém que faça uma maldade com um animal, faz com as pessoas também. Então, no primeiro instante, eu fiquei com medo, mas, pelo juramento que fiz quando me formei como médico veterinário, eu achei que não poderia deixar de participar e de lutar para que esses crimes não aconteçam mais no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos ouvir a Doutora e depois fazemos a rodada de perguntas.

Com a palavra, por até 20 minutos, Dra. Brenda Guimarães Santis.

A SRA. BRENDA GUIMARÃES SANTIS - Boa tarde. Eu me chamo Brenda, trabalho no grupo já faz quase 7 anos. Nesses 7 anos em que acompanho o grupo, tenho sido testemunha de muitas coisas, e este fato que está sendo apurado aqui é apenas um dentre milhares.

Desde que eu entrei no grupo, os imóveis, as fazendas vêm sendo atacadas violentamente. Os funcionários que trabalham nas áreas das fazendas vêm sofrendo violências constantes, e, agora que aconteceu esse fato — que não é novo, mas as pessoas tomaram conhecimento agora —, felizmente, podemos ter uma esperança de que alguma coisa, ainda que pequena, possa vir a mudar na realidade em que a gente vive lá no Pará; especialmente lá, porque a gente veio de lá.

Esse fato em especial, com a matança do gado, das vacas prenhas, com os bebês tendo sido praticamente retirados à força de dentro dos úteros das mães — foi isso que aconteceu —, com elas ainda agonizando, com as carnes sendo cortadas ainda vivas; esse fato, que é novo para a sociedade, mas que não é para a gente, é o que se espera que venha a mudar a realidade constante que acontece na área das fazendas.

Eu trabalho como representante do grupo, e acontece tanta coisa, que eu não me organizei para dizer o que eu vou falar. Porque é tanta coisa para falar, que, se eu for aqui falando, é o dia inteiro. Eu não termino.



Nos últimos 60 dias, nós sofremos atentados violentos, tentativas de homicídio. Inclusive o Carlos Nascimento, o gerente da fazenda, foi vítima de uma tentativa de homicídio. Não só ele, mas as famílias. Algumas famílias que moram no local, que vivem da pecuária, trabalham na empresa, tiveram suas casas incendiadas à meia-noite. Crianças pequenas, bebês de colo tiveram que se esconder no meio do mato, no meio do pasto, no meio da noite, correndo dessas investidas violentas e criminosas das pessoas que estão lá dentro da área da fazenda fazendo esse terror constante. O socorro só aparece pela manhã, às 9 da manhã. Às vezes é no final da semana, só na segunda-feira, porque eles já sabem que é assim que funciona.

Ao mesmo tempo, eles estão extremamente organizados. Enquanto um grupo trabalha para manter os funcionários ocupados com alguma coisa — por exemplo, incendiando a casa, incendiando o pasto —, um outro grupo se desloca para matar o gado. E nesse momento, dependendo da disponibilidade e da organização deles, ou usam arma de fogo ou usam facões — geralmente os usam também — para abater o gado.

Então, senhores, é um clima de terror constante. Não é um fato novo — eu reitero: não é um fato novo. Não é a primeira vez que vacas prenhas são abatidas dessa forma.

Recordo-me de um incidente, 3 anos atrás, em que um grupo, também nas mesmas condições desse que está atuando agora, tocou mais de cem cabeças de gado para dentro do rio e fez com que essas reses morressem afogadas, por pura maldade.

Então, a gente vive essa realidade constante. Apesar das ocorrências que são registradas, apesar do conhecimento constante que é dado nos processos de reintegração de posse — a Justiça tem conhecimento disso tudo; isso também não desconhecido pela Justiça —, infelizmente, não existe efetividade nos atos que possa trazer uma realidade diferente para as famílias; especialmente para as famílias. Eu sei que aqui estamos tratando da morte de animais, de maus-tratos, que as famílias não vivem a mesma realidade da matança, óbvio, mas elas estão vivendo num clima de terror, que... Ainda não se chegou aos finalmentes, não morreu ninguém ainda, por obra de Deus.



No caso do Carlos Nascimento, quando ele sofreu o atentado — eu acompanho como se estivesse lá em tempo real —, foi uma sorte, porque, além de atirarem contra ele, incendiaram o carro dele e o caçaram no meio do mato, mas, graças a Deus, não o encontraram, até que ele conseguiu uma condução para a cidade. E, graças a Deus, ele está aqui com a gente hoje.

Então, eu espero que agora, com este momento, que não é um momento feliz, a gente consiga diminuir um pouco — um pouco, pelo menos — essa realidade catastrófica que nós vivemos lá no sul do Pará.

É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Exmo. Sr. Delegado Alexandre Silva.

Antes, porém, informo que, após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que V.S^a. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade — exorto V.S^a a prestar o compromisso de fazê-lo — sobre o que souber e lhe for perguntado.

O SR. ALEXANDRE SILVA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Delegado Alexandre Silva.

O SR. ALEXANDRE SILVA - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes. Eu estou aqui representando a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, mais especificamente o Departamento de Polícia Civil. Sou delegado titular da Delegacia de Conflitos Agrários do sudeste do Pará, sediada em Marabá. Porém, essa delegacia, ela atende uma área de 23 Municípios, certo? Então, a gente tem um atendimento. E nessa área está incluída a Fazenda Santa Bárbara. Já de acordo com a fala do gerente da fazenda e da Dra. Brenda é que a gente trabalha, praticamente constantemente, e diariamente, nessas ocorrências, nas informações que são repassadas. Há que se destacar que o trabalho da Delegacia de Conflitos Agrários é um trabalho de Polícia Judiciária, investigativa, tá certo? Então, esse trabalho, muitas vezes, ele requer um tempo. Mas nenhum dos fatos relatados aqui perante



esta Comissão não está sendo apurado ou conduzido à investigação. Com relação à situação desse acampamento, a área da fazenda dispõe de 10 alqueires, destinados a um acampamento do MST; acampamento esse que, atualmente, segundo informações repassadas pelo INCRA, tem 322 famílias. Ou seja, é um dos maiores acampamentos que a gente tem, assim, com relação à atuação da minha delegacia especializada. É um acampamento que requer um certo cuidado, é um acampamento que requer um certo monitoramento, em virtude dessa dimensão que é o acampamento. Considerando que são 322 famílias, a gente multiplica esse valor aí por 5, né, calculando que daria aproximadamente 1.500, 1.600 pessoas dentro da área de um acampamento de 10 alqueires. Com relação às atividades e com relação ao que a delegacia — tem a situação específica dos abates, né, que, essas imagens, elas falam muito já; as imagens, elas já dizem tudo —, com relação a isso, há que se destacar dois fatos. Nós apuramos duas situações que acontecem, constantes, na área da fazenda: são os furtos e os abates. São dois contextos separados. E a gente tem... Para que os senhores tenham uma ideia, a delegacia tem hoje, só no corrente ano, oito inquéritos policiais em curso, alguns já finalizados, com relação à área dessa fazenda. Nós já tivemos com relação a pessoas do acampamento; já tivemos, nos últimos 60 dias, a condução de quatro pessoas que foram presas: três por porte ilegal de arma e uma por tráfico de drogas. Há que se destacar que, geralmente, a sociedade espera como resposta da polícia que as pessoas fiquem, vamos dizer, presas, porque aí você sente aquela sensação de segurança. Contudo, há que se entender que nós temos um processo judiciário e que isso tem que ser respeitado, tá certo? Então, o que acontece com relação a essa situação? Que as pessoas que foram apresentadas no flagrante, hoje, nenhuma das quatro está isolada, em cárcere; elas estão novamente dentro da área do acampamento. Eu, como delegado agrário, enfrento um problema constante, que são justamente as vozes que vêm do acampamento. Hoje, a delegacia... À frente da delegacia há 1 ano e meio, eu já recebi diversas pessoas do acampamento, e algumas vozes falam pra mim: *“Delegado, pelo amor de Deus, não deixa essas pessoas voltarem para dentro do nosso convívio”*. Só que eu, como autoridade policial, tenho que informar os meus limites, está certo? Eu tenho os meus limites, está certo? Eu sei da realidade; eu vivencio dentro da realidade. Então, assim,



quando acontecem esses fatos, a gente tem que justificar e explicar por que aquelas pessoas que foram conduzidas presas vão poder voltar ao convívio novamente dentro da área de um acampamento. Claro, senhores, a problemática... Eu atuo hoje apenas na consequência. O foco em si, ou seja, o problema, é bem maior. Esse acampamento existe na área dessa fazenda há 6 anos — um acampamento que já existe há 6 anos! Hoje, as terras públicas federais na área do Pará são um percentual de aproximadamente 68%; terras públicas estaduais, apenas 18%. Ou seja, o grande problema é a reforma agrária a nível federal. O processo tem que andar, tem que acontecer, e assim a gente evitaria justamente essas situações. Com relação ao abate, à questão do abate de gado, a gente tem, sim, investigações já bem andadas nesse sentido. Apontam pessoas do acampamento, sim, mas também apontam outras situações que envolvem... fora da área do acampamento, porque, pela quantidade de animais abatidos, vocês podem ter certeza que ele é voltado pra comercialização. Então, justamente isso que é o nosso foco. Com operações conjuntas, a Delegacia de Conflitos Agrários, com o apoio da Vigilância Sanitária, nós tivemos que fechar 14 açougues na área que é próxima à região da fazenda. Quatorze açougues que ficam, eu acredito, não dão 30 quilômetros da sede da fazenda. Aí você se questiona: você está tirando a sobrevivência daquelas pessoas que resolveram... Mas o açougue não teria condições de funcionar de forma legal. Não exige padrões mínimos para funcionamento. Então, eles têm que fechar. Em operação conjunta, a ADEPARÁ fechou matadouros clandestinos na região, tanto nos Municípios de Eldorado do Carajás, como na região de Parauapebas. Então, assim, isso tem sido um trabalho constante e contínuo. Agora, claro, eu continuo a dizer: atuamos na consequência e não no foco. Então, assim, os trabalhos desenvolvidos pela delegacia visam, sim, fazer a parte dela, que é de polícia investigativa, apontar a autoria e materialidade. Esse é o foco principal que cabe à autoridade policial. Nenhum dos fatos relatados aqui é novidade pra este delegado de polícia. Contudo, é claro, sempre tratando dentro desse nosso limite. Outro caso que pode ser citado com relação à situação dessa área, dessa fazenda, é que nós tivemos o furto, em abril deste ano, de 50 animais, que foram tocados — tocados são os animais que são conduzidos, ou seja, não são levados em nenhum tipo de caminhão. Eles foram tocados. Esses animais, eles foram tocados. No final do



inquérito, foram indiciadas quatro pessoas. Desses indiciamentos, no caso, nós não temos nenhuma pessoa do acampamento. Eu não estou aqui para dizer que o acampamento não tem culpa. Não é isso. Eu só estou aqui para colocar a seguinte situação: nada... quando se trabalha em área de investigação policial, nós não podemos apontar o dedo e dizer que é. Tem que haver diligência e investigação para que, ao final, você possa, acima de tudo, apontar a autoria de maneira certa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho algumas poucas perguntas. Eu acho que nós vamos ainda ter a possibilidade de assistir aí a um filme, a umas fotografias que dizem respeito ao fato, mas eu perguntaria ao Delegado, se ele pudesse ajudar com a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura maus-tratos, quem seriam os líderes desse acampamento? O senhor teria informação? Houve investigação no sentido? Já se apurou quem seriam os líderes do movimento que se apropriou desses animais e que exterminou os animais de forma tão cruel, como foi demonstrado aqui pelos senhores?

O SR. ALEXANDRE SILVA - O senhor se refere ao último inquérito policial? Ele está aberto, ele está em fase de diligência. Com relação à autoria, a gente ainda está fechando as diligências. Alguns nomes poderiam ser citados, mas posso citar fora da questão da Comissão, até para não prejudicar as nossas investigações. Com relação ao que temos tratado, há duas situações distintas. A autoria para os crimes e líderes do acampamento são pessoas distintas, está certo? Então, assim, a nível de lideranças do acampamento, o acampamento Helenira Rezende, o coordenador, dentro da área do acampamento é a pessoa pré-nomeada Emir, está certo? E nós temos os coordenadores do MST a nível regional e a nível nacional, mas as autorias não estão relacionadas com os líderes, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, o acampamento faz parte do MST. Pelo que tudo indica, são membros do Movimento Sem-Terra que estão naquele local e que, obviamente, se apropriaram desses animais. É isso?

O SR. ALEXANDRE SILVA - É, no caso, nós temos, dentro da área da fazenda, um acampamento do MST. É um acampamento com bandeira do MST.



Como eu coloquei, é uma área da fazenda, de 10 alqueires, em que tem essas famílias lá. No caso, teria, sim, um envolvimento de pessoas ligadas ao acampamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor poderia precisar qual o objetivo do abate? Qual foi a intenção deles no extermínio desses cerca de 50 animais? O que eles buscavam com isso? Um confronto com os proprietários da fazenda? Alimentação? Enfim, o que, obviamente, a polícia vem apurando que foram as consequências dessa forma desastrosa como eles eliminaram os animais?

O SR. ALEXANDRE SILVA - A gente pode falar, assim, de uma maneira geral, não apenas desse caso específico, porque, como eu já falei, já temos em torno de oito inquéritos que apuram tudo o que aconteceu na fazenda durante o corrente ano. Acredita-se que hoje, com relação ao que se tem visto, é que muitos desses abates são voltados para a comercialização da carne. Comercialização essa que — até o gerente de pecuária pode falar melhor do que eu — não poderia acontecer, por diversas formas. Primeiro, porque o abate está sendo feito de forma ilegal e, segundo, porque o animal que está sendo abatido — no caso, o último — são vacas que estão prenhas. Ou seja, essas vacas não estão próprias para o consumo. Justamente por isso é que nós coordenamos uma ação, junto com a vigilância sanitária, no sentido de fechar os açougues que porventura possam receber esse tipo de material. Até porque, se os senhores podem observar, fica difícil retratar a realidade, mas, a Vila Sororó, onde foi feita essa operação, ela fica aproximadamente a 35 quilômetros da cidade de Marabá. É uma região muito pequena, e tinha uma área de uns 14. Nós fechamos 14 açougues. E eles conseguem comercializar uma carne a um preço abaixo do praticado no Município de Marabá. Dos açougues que nós fechamos, nós não visualizamos nota fiscal, não visualizamos procedência. Então, assim, pode-se afirmar que, inclusive, depois dessa ação, não apenas nos açougues, mas também nos matadouros, nós não estamos tendo, até o presente momento, a questão de registro de novos abates na área da fazenda.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - No início do seu depoimento, o senhor havia afirmado que é um acampamento instalado já há cerca de 6 anos e



que casos anteriores já haviam ocorrido. O senhor pode nos informar qual tem sido a atitude do Ministério Público e da Justiça local quanto a esses casos?

O SR. ALEXANDRE SILVA - No caso, eu estou à frente da Delegacia de Conflitos Agrários, como eu coloquei, há 1 ano e meio. Então, com relação a essa condição de 1 ano e meio, os processos são finalizados e são encaminhados para a Justiça. Lá, o acompanhamento que se dá é como eu falo: é justamente a questão do processo judiciário. Essa situação, por exemplo, dessa última operação que nós coordenamos dentro da área do acampamento, em que quatro pessoas foram conduzidas em flagrante, a três, de início, já foi concedida a liberdade, mediante o pagamento de fiança, e o que foi enquadrado no delito de tráfico ainda permaneceu 60 dias. Depois, em audiência, durante a audiência, entendeu-se que ele deveria aguardar o processo em liberdade. Entendemos que essa é a regra, aquela parte constitucional: a regra é a liberdade, a exceção é a prisão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, acho que ficou bem delineado o que nós suspeitávamos no início: as vacas foram exterminadas, tendões cortados enquanto elas se debatiam vivas. Como a doutora colocou, eram vacas prenhes, próximas de terem os filhotes, ainda vivas, sendo retiradas só as partes nobres dessas carnes.

O delegado complementou que o objetivo era o lucro. Ou seja, é uma quadrilha! São bandidos, são criminosos! Nisso, quase todos os Deputados, independente da posição ideológica, que estavam aqui na última reunião, concordaram. E o delegado bem colocou: nós precisamos pedir ao Governador também que lhe dê uma estrutura maior, para que ele possa agir na região. O Governador lá tem uma visão sensacional. Nós conhecemos o Governador, sabemos que ele vai atender a esse pedido da nossa CPI. Mas aquela região, como a região de Quedas do Iguaçu, no meu Estado, o Paraná, onde também há uma invasão do MST, vive a mesma coisa: uma horda de criminosos, de desordeiros que vêm do País inteiro, que ocupam terras para depois comercializar o lote, e vivem do crime na região.



Eu queria passar algumas fotos e perguntar para o gerente da fazenda se são as mesmas fotos que ele tirou, Sr. Presidente, para ficar consignado nos autos da CPI. Poderia colocar as fotos lá novamente?

(Segue-se exibição de imagens.)

Essas fotos, Dr. Carlos Vinícius, são as fotos que o senhor tirou na região? Pode ir passando aos poucos. Pare um pouquinho nessa aí.

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. Essa foi uma das fotos que eu tirei, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esses são os fetos, não é? Nós podemos chamar assim — o senhor, que é médico, entende tecnicamente melhor do que nós?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. Nesse lote específico, eles entraram numa parte que nós chamamos de “parte maternidade”, que são os animais com 8 meses de gestação, próximos já de parir. Então, a gente bota com 8 meses, a gestação é em torno de 9 meses. Então, eles sabiam que esse gado estava prenhe. Eles sabiam que esses animais estavam prenhes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esses cartuchos que estão ali embaixo o senhor recolheu na região? Foram esses que foram usados para...

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Na verdade, eles já deixaram essa cena. Na verdade, isso aí eles fazem justamente para, além da crueldade, deixar medo nos funcionários.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Intimidar os funcionários?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Para intimidar, é.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu pensei que os cartuchos tinham sido juntados. Não. Eles deixaram dessa forma?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. Isso é dentro do curral. Eles tocaram o gado para dentro do curral e, presos, começaram a atirar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Por que eles cortam os tendões dos animais ainda vivos, Dr. Carlos Vinícius?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Na verdade, esses animais estão nos piquetes, nos pastos. Então, eles começam a atirar, os animais vão para o canto



da cerca e eles cortam os tendões, porque os animais têm dificuldade de andar, correr e fugir. Então, cortando o tendão, eles não vão se locomover. Então, eles chegam e acabam atirando e cortando, até o animal vir a óbito. Quando eles cortam, os animais ainda estão vivos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O sofrimento deve ser terrível para o animal!

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Com certeza, é uma crueldade sem igual.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queria continuar a mostrar mais algumas fotos — pode passar. Aí foram as pessoas que ajudaram nas denúncias, que mandaram para mim, quando eu postei nas redes sociais.

Por mais que sejam imagens fortes, Sr. Presidente, eu achei que tinha a obrigação de divulgá-las, porque não íamos ter essa repercussão se não tivéssemos divulgado — pode continuar.

Essas eram espalhadas pela área da fazenda. É isso, Sr. Carlos Vinícius?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. Alguns animais eles levaram, mataram no curral, e outros eles matam no pasto mesmo. Os animais que eles não conseguem levar até o curral, eles matam durante o caminho, no pasto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Pode continuar com as fotos. Esse é o curral principal?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo, é uma área do curral. Como vocês podem observar, eles prenderam essas vacas e começaram a atirar. Então, você imagina a crueldade e o sofrimento que esses animais passaram nesse momento aí.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queria mostrar uma... Essa foto, por exemplo. Tem um tiro de 12 na perna, e eu acho que há outro na cabeça.

Por que deixaram tanta carne? Eles pegam só as partes importantes? O que é?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Como vocês podem observar aí, pegaram justamente a região lombar, onde fica picanha, alcatra, filé. Então, na verdade, como o delegado falou, tem essa comercialização.



Então, praticamente, eles só levam essa carne nobre. Hoje a arrouba no País, da carne, está a 140 reais, e a gente tem conhecimento de que eles vendem o quilo de filé e de picanha a 100 reais — o que, no mercado, hoje, está a 40 e poucos reais. Na verdade, eles já têm essas encomendas prontas. Então, eles já levam... Às vezes, a gente consegue recuperar alguns sacos que têm essas carnes, e é só essa carne: filé, picanha, alcatra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nesses últimos meses, quantos animais foram, só nessa região aí, que o senhor tenha conhecimento?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Como eu falei no início, de janeiro para cá, 724 animais.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Caramba!

Aí, a mesma coisa, não é? Só tiraram pedaços, não é?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. É só um pedaço.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Pode continuar. Pode continuar, porque eu quero chegar num lugar...

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Olha, bastante carne. Olha aí, essa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Inteira, não é?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Praticamente só levaram uma parte.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Pode continuar. *(Pausa.)* Volta aí. Aí.

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Essa aí foi outra no mesmo retiro — porque a fazenda é dividida em retiros. Aí, eles colocaram os animais numa área menor, que a gente chama de redondel. Então, essa foi pior, eu acredito, porque não foi com arma de fogo. Eles colocaram os animais aí, subiram em cima e cortaram esses animais todos de faca. Foram matando os animais aos poucos, porque, quando a gente chegou lá, não tinha projétil, e a gente observou que os animais foram todos cortados vivos, literalmente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queria mostrar um vídeo — eu não sei se tem o vídeo —, para saber se foi o senhor que fez o vídeo.



Essa vaca — agora temos o vídeo dela. Eu acho que é mais um... Ou é esse o vídeo? Esse vídeo foi o senhor que fez na fazenda?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. Além da minha função de gerente e coordenador, eu sou médico veterinário. Então, normalmente, quando os animais... os vaqueiros me chamam. Eu fui, e esse animal estava agonizando.

Então, os animais que eles não conseguem, esses animais ficam na fazenda, nos pastos desse nível.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tinha mais uma foto que eu achei. É uma que tinha um tiro de 12 no focinho. Essa.

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Essa também...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É normal esse tipo de...

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Infelizmente, a gente não pode nem... Como eu falei para vocês, só este ano, foram 724 animais. Uma coisa que se pode pensar é: *“Ah, mas aí é a normalidade, é uma coisa que a gente está convivendo”*. Mas a cada cena dessa que eu vejo, como médico veterinário, eu sinto, porque, como eu falei para vocês, lá é um projeto de reprodução, é uma central de receptora de embrião. Então, tem um trabalho de genética, tem um trabalho de você. São vários profissionais envolvidos — são veterinários, melhoradores genéticos...

Então, a gente faz um estudo. Há animais com alto valor genético. E a gente faz o trabalho de sincronização, um trabalho de seleção; a gente coloca os embriões nesses animais. E a gente chegar, já no último mês de gestação, e ver uma cena dessa... Para mim, nunca vai ser normal ver uma situação dessa, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Os animais que a Dra. Brenda... Eu pergunto ao senhor, como médico veterinário: há possibilidade de acontecer o que a Dra. Brenda falou, de esses animais que estavam prenhes estarem sendo tirada a... Porque eles mataram sem ser como se fosse num matadouro legalizado para açougues, para venda. Há possibilidade de essas vacas ainda estarem vivas quando eles estavam cortando a carne, e elas prenhas, ou não?

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Positivo. É como eu falei para vocês: teve aquela foto que tem um tiro de 12 na escápula, na pá do animal. Então, esses animais caem, e eles... Vem depois a outra equipe. Uma equipe vem atirando



nesses animais, e a outra vem com as facas, tanto que nós encontramos algumas facas no curral. Eles vêm cortando, e os animais estão vivos.

Num processo que nós acreditamos ser humanitário, num frigorífico convencional, esses animais passam por um processo, justamente para diminuir ao máximo o sofrimento deles.

Nesse caso, os animais, além de estarem prenhes, são cortados praticamente vivos — e os fetos estão vivos —, porque o processo de corte da vida demora um tempo. Então, com certeza, tanto as vacas quanto os fetos ainda estavam vivos neste momento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, queria perguntar ao delegado, agora. V.Exa. me autoriza?

O Dr. Alexandre não quer revelar os nomes, e com certeza não deve fazê-lo publicamente, porque deve estar adiantada a investigação. Mas queria saber se ele pode ver com o Delegado-Geral da Polícia Civil para esta CPI poder acompanhar o deslinde dessa investigação, já que seria fora de contexto uma pergunta a respeito do nome das pessoas investigadas no assentamento. Acho importante que o delegado possa dar o relatório, para que esta CPI possa acompanhar o final, o deslinde dessa situação.

A primeira pergunta seria se nós podemos compartilhar essas informações assim que ele fizer as diligências, Presidente.

O SR. ALEXANDRE SILVA - No caso, finalizando o inquérito, encaminhando-o para a Justiça, não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queria saber também, Dr. Alexandre, se foram quatorze açougues clandestinos que o senhor fechou na última operação.

O SR. ALEXANDRE SILVA - É. Na última operação feita na Vila Sororó, foram quatorze açougues.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quanto o senhor apreendeu de carne nesses açougues? O senhor tem uma ideia de peso e quantidade?

O SR. ALEXANDRE SILVA - Não, no caso, o procedimento foi o quê? Foi... No caso, a carne toda apreendida foi incinerada. Não houve a pesagem dessa carne



— está certo? —, até pela própria logística de que a gente dispunha. Então, foi feito o recolhimento dessa carne e foi feita a incineração dela.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Há, em algum lugar, abate clandestino — não criminoso, como nós acompanhamos, mas clandestino — que possa fornecer carne para esses açougues, ou a investigação leva diretamente a essas mortes? Porque 700 vacas de janeiro para cá... É óbvio que havia um esquema criminoso lucrativo que estava funcionando. A investigação do senhor gera alguma dúvida de que aquela carne vinha da fazenda?

O SR. ALEXANDRE SILVA - No caso, a gente tem justamente duas situações. Nós temos o furto dos animais, que acontece, se alguns boletins estão nesse sentido, e nós temos a questão do abate. O abate... Aponta-se que o abate justamente é levado diretamente ao açougue. Não haveria necessidade... Já os animais que são furtados são tocados e conduzidos para um matadouro clandestino, e lá é feito o procedimento. Então, são duas situações diferentes com relação a isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor vê, nessas fotos e nos depoimentos que o senhor já deve ter colhido, crimes de maus-tratos e outros crimes nessa ação de cortar tendões e retirar carne com os animais vivos, principalmente as vacas que ainda estão prenhes? Caracterizaram-se crime de maus-tratos e outros crimes na investigação que o senhor tem?

O SR. ALEXANDRE SILVA - No caso, em todos os procedimentos com relação a essas imagens que foram mostradas são feitas perícias, né? A gente leva o pessoal do Centro de Perícias, juntamente com a polícia, para fazer essa parte pericial. Então, assim, isso, realmente, pela materialidade, não há dúvidas com relação à questão de como os animais estão sendo abatidos dentro da área da fazenda. Contudo, há que se destacar que os depoimentos que envolvem pessoas do acampamento, as investigações não têm tanto, vamos dizer assim, obviamente, a questão de assumir a autoria. Então, aí, é um trabalho já mais detalhado, até porque ninguém é obrigado a produzir provas contra si. Então, você tem justamente hoje... Hoje, o que a gente observa... Nós fizemos uma operação — está com umas 2 semanas — na área da fazenda, e nós conduzimos para a delegacia duas pessoas que estavam... Essas pessoas eram pessoas da área do acampamento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quantas?



O SR. ALEXANDRE SILVA - Duas pessoas que estavam dentro da área do acampamento. Mas eu vou explicar só o porquê da logística, como funciona. Então, essas duas pessoas são da área do acampamento e elas correm a fazenda cedo, por volta das 16 horas, 17 horas, porque eles têm a luz do dia, e, aí, eles identificam os pastos onde os animais se encontram. Após isso, por volta das 20 horas, 21 horas — é justamente essa a ideia — é que eles vão, em um número maior, para realizar os abates, está certo? Então, é justamente isso. O trabalho da nossa investigação aponta justamente isso. Justamente, foi nessa situação que foram conduzidas as duas pessoas no flagrante feito pela delegacia. Por que do flagrante? Acima de tudo, porque as pessoas estavam num veículo, numa motocicleta que tanto a placa quanto o chassi constavam como veículo roubado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nessa situação toda, são 700 e tantos animais, em 12 meses praticamente, estamos fechando o ano. O senhor viu um padrão de conduta nesses vários ataques? Isso que o senhor me explicou é um padrão de conduta? Eles agiam sempre da mesma forma? É um *modus operandi* que eles atuam? Ou seja, não é um caso isolado, um crime isolado. Há um padrão de crimes cometidos desde o furto, como também o abate dos animais?

O SR. ALEXANDRE SILVA - No caso, há que se destacar justamente isso, né? Há que se fazer uma distinção. A delegacia nunca aponta... Aquela história, a gente não pode trabalhar dessa forma. A gente nunca aponta diretamente a questão do movimento. Há que se destacar que os boletins de ocorrência hoje da fazenda são registrados na Delegacia de Conflitos Agrários, em virtude da existência do acampamento. Se não houvesse o acampamento na área da fazenda, esses boletins de ocorrência deveriam ser registrados na Delegacia Civil comum, porque se tratam de crimes comuns. Não seria cargo de um especializado. Em virtude dessa situação, os procedimentos de investigação ficam a cargo da DECA, que é justamente a minha delegacia. E como eu falei: em abril, nós tivemos o furto de 50 animais da área da fazenda. E esses animais... As pessoas que foram indiciadas ao final do inquérito não são integrantes do acampamento, nenhuma das pessoas que foram...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Do furto.



O SR. ALEXANDRE SILVA - Exatamente, nenhuma das pessoas que foram indiciadas não faz parte do acampamento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A perícia que o senhor fez nesses animais, o senhor já tem alguma dessas perícias, dessas 700? O senhor já recebeu resultado de perícias?

O SR. ALEXANDRE SILVA - Sim, dos outros inquéritos, sim. Desse caso último aqui não. Das imagens que foram mostradas, a perícia não está pronta, mas de outros inquéritos que envolvem abate e a questão de outros fatos que foram relatados estão todos periciados.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vou finalizar, Presidente.

Quero saber se, nesses relatórios das perícias, ele desceu ao pormenor de falar sobre a questão dos maus-tratos, do corte de tendões, da questão de retirar só parte da carne do gado. Isso é importante, porque o foco da CPI é os maus-tratos.

Nós estamos falando de uma forma genérica, mas nós vamos ter... Nosso Relator vai ter que se aprofundar na questão dos maus-tratos.

Então, a nossa pergunta é se o senhor desceu a esse pormenor e, se não desceu, se ainda há tempo, nesse que está aberto, de o senhor solicitar uma complementação da perícia para que nós possamos também ter definições aqui nesta CPI, já que ela é focada nos maus-tratos.

O SR. ALEXANDRE SILVA - No caso, se o interesse é com relação a esse foco específico, teria que fazer uma solicitação. Com relação às perícias, aos resultados de perícias, eles só dão mesmo a quantidade. Geralmente é possível fazer essa quantidade pelas carcaças que sobram na área do pasto e apontar geralmente a questão do abate legal. Então, é justamente feito dessa forma, mas no caso, por último, nós vamos solicitar essa possibilidade de detalhar com relação às condições em que os animais foram abatidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Setecentos e vinte e quatro animais, Deputado Fernando Francischini, é um número altíssimo de animais. Isso gera uma cena de maus-tratos enorme. Só perde para outro caso que também ocorreu no Pará: foram 5 mil cabeças de gado no navio em Barcarena.



E aqui nós tratamos de outro caso também no Pará, em Santa Cruz do Arari, no qual o Prefeito mandou matar os animais. Vemos casos como Apodi, no Rio Grande do Norte. Nós vemos muitos casos de maus-tratos acontecendo no Pará.

Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, vou ser bem breve, apenas para complementar as perguntas feitas pelo delegado e Deputado Fernando Francischini.

Também gostaria de perguntar ao Dr. Alexandre Silva se são comuns ameaças feitas com armas por esse pessoal do MST, se há boletins de ocorrência por parte de qualquer pessoa da região comprovando que esse grupo está ali armado.

Também depois gostaria de estender a pergunta tanto ao Carlos quanto à Brenda, se eles têm notícias de pessoas armadas dentro desse acampamento, ameaçando a população local, independente de serem fazendeiros ou não.

O SR. ALEXANDRE SILVA - Com relação à questão de boletim de ocorrência, nós temos, sim. Esses boletins reportam-se principalmente para os funcionários da fazenda. A fazenda fica na zona rural de Marabá, então, não tem perigo urbano próximo. Nós não temos registro com relação a moradores da localidade. Então, os boletins de ocorrência são com relação aos funcionários da fazenda.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Está o.k.

O SR. CARLOS VINÍCIUS NASCIMENTO - Não só tenho certeza, como eu sofri isso. Em março de 2015, às 19 horas, eu recebi a informação de que eles iam invadir a fazenda e eu fui buscar uma família. A mulher estava grávida, tinha dois filhos e mais o marido, que era vaqueiro. Eles não tinham como vir para sair da fazenda. Todo o mundo já tinha saído da fazenda com medo dessa invasão. E eu fui buscar a família.

No decorrer da viagem, eu fui surpreendido por esse grupo, que atirou várias vezes na camionete contra mim e contra o motorista. Na verdade, eu estava dirigindo, o motorista estava só de passeio. Felizmente, nós conseguimos fugir pelo pasto, fomos pelo mato e eles foram atrás atirando.



No outro dia, teve a perícia. O delegado pode falar melhor do que eu. Na perícia, foram constatados vários calibres, inclusive 12, 44, vários calibres de armas. Então, eles são fortemente armados mesmo. Na verdade, é um grupo de guerrilha, né? Porque, além de...

Quando eu estava indo buscar as famílias, eles fizeram barricadas com arame da própria fazenda, arame liso. Eu tive que parar a camionete. Quando eu parei, eu comecei a receber os tiros. Então, assim... Eu tenho certeza porque eu vivenciei isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - A senhora tem alguma notícia nesse sentido também?

A SRA. BRENDA GUIMARÃES SANTIS - Tenho tantas notícias. Bom, eu vou me reportar a um fato único, também das áreas das fazendas, porque a Fazenda Cedro não é única invadida — são cinco fazendas do grupo — a maioria por membros do MST.

Há uma área de uma fazenda que fica próxima à Cedro que é Itacaiúnas. Os funcionários foram expulsos da área da fazenda, das casas, gerente com capataz, com vaqueiros, com suas famílias.

A maneira como isso aconteceu foi, na madrugada, da mesma forma de operar. Eles cercaram as famílias dentro das residências. Nessa época, a empresa ainda tinha contratado uma empresa de vigilância para proteger as famílias. Houve uma troca de tiros e um dos funcionários ficou baleado lá dentro. Eles cercaram as casas. Para a polícia conseguir entrar, às 2 horas da manhã, foi necessário que os membros do acampamento inspecionassem o carro da polícia na entrada e na saída. Eles não autorizariam a polícia entrar se eles não inspecionassem o veículo antes. Nós ficamos com um sentimento confuso. A polícia precisa ser inspecionada para entrar na área.

No decorrer desses 6 anos, já tive notícia de mandados de busca em que foram encontradas as armas. Agora, como as coisas vão evoluindo, eles têm uma maneira de esconder essas armas. Quando se tem notícia de que a polícia está chegando, é muito fácil esconder as armas, porque eles estão no meio do mato. Então, enterram, põem num lugar de acesso deles. Para a polícia descobrir naquele mundo de terra onde estão essas armas é como procurar uma agulha no palheiro.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Está o.k.

Para finalizar, uma última pergunta. Os senhores têm notícia de fazendeiros que vendem as suas terras, aterrorizados com esse tipo de conduta? Os senhores acreditam que essa conduta tem o condão de aterrorizar os fazendeiros da região? Nesse ponto aqui, deixaria só excetuado o Dr. Alexandre Silva, por pertencer à Polícia, e provavelmente seria melhor não operar com relação a esse assunto.

A SRA. BRENDA GUIMARÃES SANTIS - Nós que vivemos lá na região — eu nasci lá, eu sou de lá, eu vivo lá, eu trabalho lá, atuo na área agrária —, ouvimos muito, inclusive nos processos agrários, que não andam e que não são reintegrados, que a grande maioria acaba ou indo até o INCRA, os fazendeiros vão até o INCRA, põem a terra à venda para o INCRA, cedem ou pedem para desapropriar, ou acabam realmente colocando à venda por um preço mais barato. Inclusive, há um caso muito famoso do fazendeiro que se chama João, que teve também, da mesma forma, a fazenda toda incendiada, destruíram praticamente tudo, os pastos, roubaram todo o gado dele, e ele ficou sem nada. E foram muitos anos, mais de 10 anos de processo de reintegração de posse, sem solução nenhuma; ele acabou vendendo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - As pessoas que compram, a senhora acredita que podem ser do próprio acampamento ou são pessoas de fora, realmente, outros fazendeiros que acabam comprando? A senhora tem notícias de alguém...

A SRA. BRENDA GUIMARÃES SANTIS - Eu não saberia dizer para quem se vende, mas acabam vendendo por um preço bem mais barato do que vale.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O.k. Acredito que seja só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu estava aqui quarta-feira, terça-feira, quando convocaram o nosso líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, João Pedro Stedile. Ele é do Rio Grande do Sul. Quarta, ele estava aqui na Câmara; sexta, ele estava no Rio Grande do Sul, porque eu estava com ele numa palestra, que o nosso mandato ajudou a organizar. E eu vi aqui que



V.Exas. estavam querendo trazê-lo meio à força para depor aqui, já que era uma convocação.

E eu falei aqui com o Deputado Francischini, Deputado Ricardo, que nós poderíamos conversar com ele e intimá-lo, que se fizesse por escrito, e nós garantiríamos que ele viria aqui quinta de manhã. O Deputado Francischini propôs ele vir amanhã. Eu vou tentar isso, não dou certeza que ele venha amanhã, mas eu saio daqui com a incumbência de procurá-lo. Até quinta-feira de manhã, ele virá conversar na Comissão da CPI dos Maus-Tratos dos Animais. Se puder amanhã, melhor, não há problema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, o problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso é uma proposta de acordo.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, há só um problema regimental que eu falei para o Deputado Marcon: nós temos a votação do relatório da CPI amanhã, o que inviabilizaria a quinta-feira. Então, eu pediria que V.Exa. colocasse para votar o relatório da CPI ao final da audiência pública, que suspendesse a votação do relatório do Deputado Ricardo Tripoli. E nós o faremos assim que finalizar, podemos fazer às 10 horas da manhã de quinta e votamos na hora que finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por mim, tudo bem. Eu só tenho medo de nós não votarmos o relatório no último dia. Então, só se nós todos fizermos um compromisso aqui de votar esse relatório na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Acho que nós podemos fazer um compromisso.

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas, Deputados, eu vou sair daqui e me comprometo a ver se consigo conversar com ele, se ele pode estar aqui amanhã, no final da tarde.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Há o compromisso dele de vir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos que ter quórum para votar o relatório.



O SR. DEPUTADO MARCON - Sim, quarta-feira ele perguntou: *“Mas é nesta semana?”* Ele achava que era para ser na quinta-feira. E ele disse: *“Olha, amanhã eu não posso estar aí”*. E eu disse: *“Eles vão oficializar para você vir”*. Então, não sei se não o acharam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcon, V.Exa. já podia oficializar; o Deputado Marcon já entrega, faz o compromisso da entrega.

O SR. DEPUTADO MARCON - Em princípio quinta-feira, mas se puder antecipar para amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso, se puder antecipar para quarta-feira, melhor. Veja se está bom assim? Está bom? V.Exa. é o requerente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está bom assim. Não, nós não queremos trazer ninguém à força. Nosso objetivo era fazer isso. Hoje nós estamos sabendo de crimes horríveis acontecidos lá. Nosso debate agora é com a liderança, é o que nós podemos fazer com a liderança para evitar que aconteçam coisas como essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos aproveitar que o Relator chegou: está sendo proposto que o Stedile venha aqui na quinta-feira para falar sobre o caso. E o Deputado Francischini está propondo que nós votemos o relatório só depois da oitiva dele, na quinta-feira; é o último dia, meu medo é esse.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O problema nosso é o seguinte: o relatório já foi apresentado, já recebemos, inclusive, os aditamentos ao relatório. A ideia era basicamente, hoje ou amanhã, já votarmos o relatório. Comprometi-me até com os membros da Comissão, com o Presidente, a incluir aquelas ações, mesmo depois de apresentado o relatório, para que fizesse parte do relatório. Realmente, tudo nos interessa no que diz respeito à questão dos maus-tratos.

Então, com certeza, os atos praticados aqui hoje seriam incluídos. O problema é que vence amanhã o último dia da Comissão, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É dia 24, mas dia 18 entra o recesso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E aí já perdemos o prazo, esse é o problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E nós não votamos mais nada.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Agora, o que pudéssemos fazer até amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Acho que podíamos tentar ver se ele vem amanhã; se não der, vem quinta-feira. De qualquer forma, nós vamos votando o relatório e fazendo um acordo de incluir essa questão do Stedile.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sucessivamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Podemos aprovar o relatório com uma complementação de voto.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Um aditamento poderia ser. Depois de votado e aprovado, se adita e se inclui o aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para não anular todo o resto...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se é o acordo de todos, nós podemos ouvi-lo na quinta. Eu queria pedir mais uma coisa, Presidente!

O SR. DEPUTADO MARCON - E se ele puder amanhã, no final da tarde?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Melhor, porque nós fazemos... O Presidente convoca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se puder amanhã, à tarde, já está marcado para amanhã, às 2 horas da tarde, se ele puder.

O SR. DEPUTADO MARCON - Mais para o final da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Às 4 horas da tarde.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, queria fazer mais um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para que horas está marcada a nossa audiência? Às 14 horas já há uma, se ele chegar às 16 horas, nós esperamos, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCON - Presidente, eu posso combinar com o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Outra coisa eu queria pedir a V.Exa., Presidente: que pedisse às nossas testemunhas de hoje, que vieram



aqui para prestar esse depoimento, que comparecessem. Não podemos ficar só com a versão dele amanhã, e não haver o contraditório. Amanhã ele pode trazer acusações também contra a própria fazenda, como em *off* já vinham sendo feitas, e eles não vão estar aqui presentes. Então, eu queria que pelo menos uma representação pudesse estar junto para poder fazer o contraponto, não é?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deputado Fernando Francischini, nós não teremos esse tipo de problema. Deixe-me só explicar qual é a função da Comissão Parlamentar de Inquérito: nós temos três tipos de encaminhamento no relatório. Um deles, obviamente, é uma orientação no sentido de novas legislações, projetos de lei que estão aguardando serem deliberados pelo Plenário. Temos alguns alertas que nós faremos. Terceiro, há a solicitação de indiciamento de atos criminosos que foram praticados contra os animais.

Então, obviamente que quem definirá essa terceira fase será o Ministério Público. O encaminhamento será para o Ministério Público, para que ele tome as diligências necessárias e, obviamente, encaminhe a solicitação de abertura de um inquérito criminal, provavelmente, e não civil. E V.Exa., que é um delegado de polícia, sabe exatamente quais são os trâmites que nós pretendemos percorrer após a aprovação desse nosso relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E só mais um detalhe: após aprovação do relatório, nós não podemos aprovar complementação de votos, mas nós podemos aprovar requerimentos, requerimentos de indicação, de indiciamento e assim por diante.

O SR. DEPUTADO MARCON - Para encaminhar, Presidente, o meu caso, que está em jogo agora. Então, se ele puder amanhã, ao final da tarde, a partir das 17 horas, ele virá, mas sem colocar um na frente do outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, ele virá apenas fazer o depoimento dele.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sim, é isso. Então, amanhã ou quinta-feira de manhã. Eu vou tentar ver se ele vem amanhã à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fechado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não é acareação. Obrigado, Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, corre com isso, Deputado Marcon.

Alguém mais quer usar da palavra, Deputados?

Bom, agradeço à Dra. Brenda Guimarães Santis, ao Dr. Carlos Vinícius Nascimento, ao Dr. Alexandre Silva, que estão dispensados. Obrigado.

Item B da pauta: discussão do relatório final.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, só quero agradecer. Nós sabemos o que é vir lá da fazenda no Pará, ter coragem de botar a cara na televisão e fazer denúncias graves como essas. Quero parabenizar o médico, o veterinário, os representantes da fazenda, porque poucos têm coragem de botar a cara e fazer uma denúncia grave como essa.

Então, eu gostaria que a CPI registrasse, até para a vida pessoal de cada um, esse nobre gesto que tiveram aqui hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. falou sobre essa questão de coragem. Nós teríamos amanhã uma audiência pública para apurar algumas denúncias do Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo. Muitos dos denunciadores são funcionários do Centro de Controle de Zoonoses e muitos que foram convidados não virão amanhã porque acham que vão ter algum tipo de problema, inclusive com o emprego deles, que estaria em jogo. Amanhã, na verdade, está vindo só quem não vai fazer a denúncia, quem vai defender.

Então, eu queria até ver com V.Exas. se mantemos a audiência, ou não, se acham que há necessidade de manter a audiência, já que nenhum denunciante vem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Totalmente desnecessário. Vamos cancelar a audiência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero dar uma satisfação: nós fizemos uma audiência pública com o Prefeito Fernando Haddad.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele o recebeu, finalmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nem acreditei! Tirei foto para mostrar que era verdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Serviu café para o Presidente, pelo menos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Serviram café e pão de queijo.



Nós vamos passar o áudio ao Deputado Ricardo Tripoli para tomar ciência do que foi contado lá, mas constatamos que não existem as feiras de doação nos centros de zoonose, que realmente as subprefeituras se comprometeram a tomar providências em relação às feiras ilegais de animais e ao licenciamento de funcionamento. Vamos esperar pelos resultados.

Com base no relatório do Deputado Ricardo Tripoli, em discussão o relatório final.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, como eu fiz a leitura na última sessão, e o relatório tem 500 páginas, e há acordo pela aprovação, solicito a aprovação do relatório, incluindo obviamente o que foi aqui assegurado por V.Exa. e pelos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Assino embaixo. O que V.Exa. e o Deputado Ricardo Tripoli fazem eu assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria fazer um pedido ao Relator, só um pedido básico.

No art. 5º do Anexo VI, que faz referência à composição do CONCEA, que pudéssemos incluir um representante do Conselho Federal de Biologia. Além disso, quanto ao Mercado Central de Belo Horizonte, que fizéssemos a indicação no relatório da proibição da venda de animais, tendo em vista que existe uma lei municipal que não permite alimento com animais.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Esse segundo já consta, e o primeiro, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em votação o relatório. *(Pausa.)*

Quem aprova o relatório permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Deputado Ricardo Tripoli, a quem eu quero parabenizar pelo trabalho, pelo relatório, além de agradecer a cada uma das pessoas que participaram desta CPI. Agradeço ao Deputado Ricardo Tripoli e a sua assessoria: Felipe, Luciane, Carina e Stanislav; aos membros desta CPI; aos



Consultores Legislativos Débora, Laura, Maurício, Ana Cristina; aos servidores desta CPI: Paulo Sérgio Santos, Camilo Lelis, Mario Drausio, Cristiano Matos; à Assessoria do PSD: Tatiane, Danielle, Nivaldo, Renan, Ana Maria, Cláudio, Heleno de Rezende; à minha assessoria muito especial: Vanessa, Iara, Tatiana, Vilson, Caio, Valdomiro, Paula Bastos, Frank Alarcon; às servidores da Taquigrafia: Hely Guedes, Luciana Rolo, Débora Lopes, Helena Medeiros, Taynara Xavier, Herieudes Pereira; aos servidores do COAUD: Mario Henriques, Enilson Bastos, Rodrigo Fonseca, Robério Antunes; aos peritos médicos veterinários da Polícia Federal: Rafael Konrad, André Morrison, Fábio Costa, Sérgio Reis, Wilton de Sales, Glauzi Carvalho e Rogério Carvalho; à Diretoria da Coordenação da Comissão Temporária: Terezinha Donati; à Diretora do Departamento de Comissões Rejane Marques. E agradeço à minha filha Isabella, que sempre me incentivou na luta pelos direitos dos animais. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, ressalvados os destaques, que entram na votação de amanhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Antes de V.Exa. encerrar a reunião, Sr. Presidente, eu queria agradecer imensamente a oportunidade de ter sido Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma das mais importantes do Congresso Nacional, e, mais uma vez, cumprimentar a todos, bem como os Parlamentares que nos ajudaram sobremaneira a atingir o nosso objetivo, o de termos obviamente consolidado um relatório de mais de 500 páginas, com volume enorme de audiências públicas, de visitas a vários locais. Acho que esse material será um grande indicador de novas políticas públicas voltadas à área de proteção aos animais.

Portanto, deixo aqui o meu agradecimento a todos que nos ajudaram e a V.Exa. que presidiu esta Comissão. E que, daqui para frente, tenhamos a implantação das medidas que foram aprovadas em nosso relatório.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está encerrada a reunião.